



## DIGNIDADE DO CADÁVER DESCONHECIDO ENQUANTO MATERIAL DE ESTUDO DA ANATOMIA HUMANA

### DIGNITY OF THE UNKNOWN CORPSE AS A HUMAN ANATOMY STUDY MATERIAL

<sup>1</sup>Sthefany Bulerjahn Gonçalves, <sup>2</sup>Angela Regina Binda da Silva de Jesus, <sup>3</sup>Luciano Azevedo Duarte

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Odontologia - Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC; <sup>2</sup> Doutora em Letras pela UFES, professora do Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. <sup>3</sup> Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, professor do Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC.

#### RESUMO

A presente pesquisa alude ao singular e insubstituível material de estudo das Ciências Anatômicas: o cadáver. Em especial, discutir-se-á o tratamento dado a esse corpo sem vida, levando-se em consideração a sua condição de indigente. O objetivo dessa pesquisa consiste em proporcionar uma reflexão a respeito da dignidade dos cadáveres utilizados nos centros anatômicos, enquanto modelos experimentais. Para tanto, o modelo de pesquisa realizado consiste em uma Revisão Bibliográfica. Ao fim desse estudo, conclui-se que o cadáver indigente, que em vida provavelmente foi invisível, hoje contribui para a sociedade na formação de novos profissionais da área da saúde e por esse papel se torna mais digno do que talvez jamais tenha conseguido ser, demonstrando, então, o seu valor e merecendo o mais alto grau de respeito.

**Palavras-Chave:** Cadáver desconhecido; ética na anatomia; indigentes; material de estudo; dignidade do cadáver.

#### ABSTRACT

This study alludes to the unique and irreplaceable material for studying the Anatomical Sciences: the cadaver. In particular, the treatment given to this lifeless body will be discussed, taking into account its indigent condition. The objective of this research is to provide a reflection on the dignity of cadavers used in anatomical centers as an experimental model. Therefore, the research model carried out consists of a Literature Review. At the end of this study, it is concluded that the indigent corpse, which in life was probably invisible, today contributes to society in the training of new health professionals and because of this role becomes more dignified than perhaps it ever managed to be, thus demonstrating the its value and deserving the highest degree of respect.



**Key words:** Unknown cadaver; ethics in anatomy; indigents; study material; cadaver dignity.

## INTRODUÇÃO

A Anatomia Humana é exaustivamente estudada por todos os profissionais da saúde, como Médicos, Odontólogos, Fisioterapeutas, entre outros, configurando-se uma disciplina primordial, isto é, abrange a base necessária para a compreensão de outros conhecimentos e o exercício da profissão desses especialistas. Todavia, historicamente, essa disciplina, que hoje apresenta-se consolidada, atravessou períodos de grande turbulência, ao ponto de ser considerada um crime diante das autoridades políticas e religiosas.

Esses momentos de oposição à anatomia sucederam em razão dos estudos e pesquisas serem realizados em cadáveres humanos. Esse fato defrontou-se com as ideias de sacralidade do corpo, defendidas pelos clérigos, os quais lideraram a sociedade em determinados séculos. Dessa forma, o material de estudo dos anatomistas tornou-se polêmico, estabelecendo um paradoxo entre a necessidade e curiosidade de estudar o corpo humano e a inviolabilidade e santidade do cadáver, adjacente ao questionamento de sua dignidade.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo investigar a cronologia das Ciências Anatômicas, analisar as diretrizes judiciais vigentes em relação à utilização de cadáveres nos ambientes acadêmicos, como também ponderar os aspectos bioéticos envolvidos nessa temática. As considerações a serem apresentadas possuem a finalidade de responder a seguinte interrogação: há dignidade nesses corpos sem vida? Para tal, realizou-se uma busca e selecionou-se, entre a literatura disponível, os trabalhos que corresponderam ao assunto abordado.

O conteúdo abordado neste trabalho dispõe de uma relevância colossal para a comunidade científica e acadêmica, sobretudo para a área das Ciências Médicas, haja vista que compreende particularidades relativas à formação desses profissionais. A temática exposta neste documento ultrapassa as questões relativas ao corpo humano biológico, comumente aprendido nas universidades, aprofundando-se em pormenores mais delicados, alusivos à ética, à moral e à humanização.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo refere-se à uma Revisão Bibliográfica, para o qual foram consultados artigos científicos, livros, teses de doutorados e dissertações de mestrados. Os descritores utilizados nas pesquisas foram “dignidade do cadáver”, “o uso do cadáver nos estudos da anatomia”, “direito do cadáver”, “humanização na aula de anatomia”, “história da anatomia”, “doação voluntária de corpos”, “cadáveres indigentes”, “cadáver desconhecido”, “cadáver e a morte” e “ética no anatômico”. As bases de dados utilizadas para essa pesquisa foram *National Library of Medicine* (Pubmed), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. As literaturas encontradas e utilizadas para esse trabalho datam de 1975 até 2021.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As reflexões e pesquisas acerca da anatomia humana não são recentes, haja vista que os achados arqueológicos e rupestres revelam que, na pré-história, aborígenos australianos já esboçavam, através da pintura, algumas estruturas do corpo humano. A necessidade de caçar para sobreviver também contribui indiretamente para o início de uma curiosidade sobre as estruturas do corpo, graças ao ato de “descarnar” os animais, uma ação puramente instintiva, sem conflitos religiosos, éticos ou políticos, unicamente para a subsistência humana (RUIZ; PESSINI, 2006).

Na antiguidade, os interesses na anatomia eram associados a crenças e misticismos, a exemplo das mumificações realizadas no Egito Antigo e na Mesopotâmia, as quais simbolizavam a conservação da alma no corpo. É interessante salientar que esse método de conservação dos defuntos não era realizado em cadáveres desconhecidos, mas apenas em autoridades daquele tempo, a exemplo dos faraós. Quanto mais importante um indivíduo fosse, melhor seria a mumificação, sendo um ato de prestígio (GRAAF, 2003).

Séculos antes de Cristo, Aleméon e Aristóteles ousaram estudar a anatomia por meio da dissecação de animais e ilustrações anatômicas questionáveis, mesmo sem contato com estruturas anatômicas humanas. A bravura desses estudiosos corroborou para que, ainda nesse tempo, Herófilo (300 a.C) e Erasítrato (300-250 a.C), movidos pelo desejo de desvendar o desconhecido,

fossem as primeiras pessoas a dissecarem corpos de seres humanos e instaurarem a Escola de Alexandria, fato que fomentou as Ciências Anatômicas (CHAGAS, 2001).

Até o início da Idade Média, os estudos envolvendo a anatomia humana passaram por diversas fases, ora em ascensão, ora em estagnação, em razão das legislações dos diversos períodos históricos, a influência das religiões, que na maioria das vezes condenavam as práticas devido à pressentida sacralidade do corpo. A anatomia chegou a ser considerada delinquente, um delito cuja punição era a morte na fogueira (ILLICH, 1975).

No entanto, muitos homens se arriscaram em prol da Ciência infringindo as leis então vigentes. Clandestinamente, alguns anatomistas dissecavam cadáveres de crianças, bandidos e criminosos que eram abandonados ao relento para putrefação. À luz desse fato, pode-se dizer que, desde os primórdios da anatomia, o cadáver desconhecido fazia-se presente, indivíduos renegados pela sociedade tornavam-se extraordinários aos olhos das Ciências Anatômicas (CHAGAS, 2001).

A partir do século II depois de Cristo, as dissecações de seres humanos começaram a ocorrer com mais frequência, porém, ainda de forma limitada e associada a outras necessidades, como o embalsamento de corpos no período de guerras e nas cruzadas, com a finalidade de que eles fossem enterrados em suas terras. Entre os séculos XIV e XV, as dissecações também foram manifestadas associadas a exames necroscópicos rudimentares, os quais investigavam a causa da morte de um indivíduo socialmente relevante para a época, como também complementando as disciplinas de cirurgias, praticadas por muitos barbeiros devido a suas habilidades com a navalha (BARBOSA, 2011).

Mondino de Luzzi (1270 - 1325) foi um ilustre anatomista da Universidade de Medicina de Bolonha, o qual restaurou as práticas de dissecação em cadáveres humanos, como fizeram Herófilo e Erasístrato, porém, mais voltadas para as técnicas acadêmicas. Em 1376, nessa instituição, em meio às resistências da Igreja, Duque D'Anjou autorizou a dissecação pública do cadáver de um criminoso anualmente, fato que marcou o início de novas conquistas nesse campo de estudo (RUIZ; PESSINI, 2006).

Sobretudo, foi no Renascimento que a dissecação de cadáveres passou a ser vista com mais admiração e aceita pelas autoridades e clérigos, sendo assim,

autorizada em vários locais como Espanha, Valência e Viena. Deve-se ressaltar que na Espanha, os estudos anatômicos eram sérios e respeitados, visto que as práticas de dissecação foram realizadas em cadáveres humanos de todas as classes e condições sociais. Essa época marcou a história da anatomia humana, de maneira que essa Ciência jamais retrocederia, tão somente seria destinada à evolução e aperfeiçoamento (CHAGAS, 2001).

No entanto, apesar dos progressos nas leis políticas e sagradas, alguns impasses ainda persistiam nesses estudos, especialmente em relação à acelerada decomposição dos cadáveres em razão da ausência de métodos de preservação dos corpos mortos, o que tornava as dissecações extremamente rápidas. Outra adversidade era a disponibilidade de cadáveres para estudos, o que levou muitos estudiosos a roubar defuntos de sepulturas. Entretanto, posteriormente aprovou-se, por meio de um decreto, a utilização de corpos de criminosos executados para que os anatomistas realizassem seus estudos (MARSOLA, 2013).

Lamentavelmente, é necessário enfatizar que alguns episódios na história da anatomia, uma disciplina notável, caluniaram a sua reputação em determinados momentos, em virtude de atitudes antiéticas e irreverentes de algumas pessoas. À luz dessa colocação, ressaltou-se a prática da dissecação como entretenimento e mercadoria através de demonstrações públicas em grandes anfiteatros, com vendas de ingressos a preços exorbitantes, isto é, sem nenhum intuito acadêmico ou científico. Além disso, no período da Segunda Guerra Mundial, anatomistas alemães utilizaram os corpos de vítimas do holocausto em estudos da anatomia, como também se observou a ocorrência de algumas ilustrações da suástica nazista nas páginas de alguns livros dessa disciplina nesse período (AUMÜLLER; GRUNDMANN, 2002).

Não obstante, é imprescindível ressaltar que, ainda no século XVI, ganhou destaque a figura de Andreas Vesalius (1514 - 1564), o maior anatomista de sua época, sendo, portanto, considerado o “Pai da Anatomia”. No tempo de Vesalius, as dissecações ainda eram proibidas pela Igreja e pelas autoridades. Por isso esse cientista se arriscava em prol do conhecimento, roubando e dissecando cadáveres às escondidas, ciente dos riscos de ser morto na fogueira (CHIARELLO, 2011).

Apesar de violar sepulturas, Vesalius seguia sua conduta cristã, detinha um imenso respeito e admiração pelos cadáveres que estudava, visto que antes de

estudá-los, fitava a imagem de Cristo na cruz, como se pedisse permissão ao Criador para executar a tarefa. Ainda, quando anoitecia, o anatomista colocava os cadáveres desconhecidos debaixo de sua cama e dormia por sobre eles. É imprescindível salientar, também, que, após estudá-los exaustivamente, enterrava seus restos mortais dignamente, dando a eles um pouco de solenidade após terem servido à Ciência, ainda que sem vidas (CHAGAS, 2001).

Ainda segundo Chagas (2001), de fato, o “Pai da Anatomia” foi quem definitivamente vivificou a Ciência Anatômica e desenvolveu métodos de dissecações utilizados até os dias atuais, mas esses estudos ainda não eram totalmente reconhecidos e respeitados, e a disponibilidade do material de estudo ainda era indeterminada, fato que estimulava o roubo de sepulturas e até assassinatos. Todavia, no século XIX, com o fito de suprir essa escassez e conter as infrações, algumas normas foram instauradas, legalizando unicamente o uso de cadáveres indigentes, isto é, não reclamados pelas famílias, nos estudos do corpo humano.

Em face ao explicitado e em concordância com Talamoni (2012), constata-se que os estudos e as dissecações desenvolvidos nas Ciências Anatômicas só foram possíveis a partir da relativização da sacralidade do cadáver humano. O desenvolvimento dessa disciplina é produto de modificações na mentalidade e de reorientações da sensibilidade frente ao corpo e à morte, por meio de transformações sociais, históricas, cognitivas e emocionais que converteram o cadáver inviolável em um material de estudos profundamente examinado.

Dessa forma, de acordo com a Lei federal n. 8501/92, decretada em 30 de novembro de 1992 pelo Congresso Nacional, podem ser destinados às faculdades de Medicina, os cadáveres que, em um prazo de trinta dias após o falecimento, não foram reclamados, ou seja, ninguém procurou pelo falecido. Além disso, os cadáveres sem qualquer documentação, ou melhor, não identificados, como também aqueles identificados, mas sem registros de endereço da família ou responsáveis legais, também podem ser usados para fins científicos e acadêmicos. No entanto, apenas cadáveres de indivíduos que morreram de causas naturais podem ser destinados às pesquisas, de maneira que, quando há indícios de que a morte foi consequência de uma ação criminosa, o cadáver não pode ser aproveitado para esses fins (BARBOSA, 2011).

Outrossim, é importante ressaltar que, se o cadáver for identificado, mas inexisterem informações de endereços de parentes, a título de utilidade pública, o falecimento daquele indivíduo deve ser anunciado nos principais jornais da localidade por, pelo menos, dez dias para que o corpo seja reclamado. Ainda, com o fito de reconhecimento, a entidade que recebe um corpo precisa manter alguns dados sobre ele, como as características gerais do indivíduo, identificação, fotos do corpo, ficha datiloscópica, resultado da necropsia (se realizada) e outros dados e documentos relevantes (ALMEIDA NETO, *et al.*, 2008).

Dado o exposto até o momento, observa-se que os “Cadáveres Desconhecidos” configuram-se em um material de estudos essencial na formação dos profissionais da área da saúde, constituindo-se os modelos experimentais dos estudos nessas esferas, ou seja:

[...] correspondem à materialização de uma parte da realidade através da representação de uma ocorrência, devendo apresentar uma precisão adequada, por meio de comprovação prévia e também demonstrar as limitações em relação à realidade que irá representar [...] A característica mais importante de um modelo experimental é que o mesmo deverá ser o mais semelhante possível ao que se objetiva estudar [...] (BARBOSA, 2011, p. 11-12).

Partindo desses pressupostos, constata-se que indivíduos marginalizados e rejeitados pela sociedade, tais como malfeitores, criminosos, mendigos, tornaram-se, ao longo da cronologia das Ciências Médicas e Anatômicas, altamente requisitados, sobretudo mortos, do que em vida. O fim da existência desses personagens representa o nascimento de novas descobertas para os pesquisadores, professores e alunos (CHAGAS, 2001).

É necessário salientar que cadáveres de pessoas classificadas como indigentes, em sua grande maioria, foram de pessoas não-desejadas, não-adaptadas, excluídas, não detentoras de determinados direitos, andarilhos de rua, transeuntes no espaço urbano. Foram pessoas que pertenceram a uma sociedade, mas não foram inseridas em seu contexto, indivíduos que, por sua aparência, causaram incômodo nos espaços urbanos, ou melhor, foram invisíveis. Em evidência a esse fato, uma pesquisa realizada no Distrito Federal brasileiro por intermédio do e-SIC do Governo do Distrito Federal (GDF) com direcionamento à Polícia Civil do Distrito Federal, revelou que 90% dos cadáveres sepultados como

indigentes, no período de 2010 a 2017, são do sexo masculino, adultos, moradores de rua e migrantes predominantemente do Nordeste (LAPA; DIANA, 2021).

Além disso, de acordo com Cunha e Rodrigues (2009), a invisibilidade também é criada a partir da ausência de identificação civil dessa população, haja vista que, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, cerca de 25% dos moradores de rua em geral, não possuem qualquer documento de identificação oficial. Ademais, é lamentável salientar que, de acordo com Lapa e Diana (2021), no que tange aos procedimentos realizados nas mortes consideradas indigentes, existe um prognóstico, a priori, de que inexisterão interesses institucionais no zelo atribuído a esses corpos. Ou seja, existe uma naturalização do descarte perante esses indigentes, ou, em outras palavras, o hábito proporciona que o valor atribuído a esses corpos sem vida seja infinitamente pequeno ou irreal.

No que se refere ao processo de morrer à luz do Estado, o corpo indigente é irreconhecível, visto que, para que este seja reconhecido, é necessário que atenda à categoria “pessoa”, ou seja, é necessário que ocorra a “pessoalização” do corpo, pois para um corpo há uma personalidade civil. Dessa forma, um cadáver indigente se torna um corpo orgânico, fruto de uma observação técnica, uma indefinição da condição humana (LOBO; BÁO, 2020).

Segundo Rezende (2012), a morte determina a extinção de uma pessoa. No entanto, não somente a morte biológica, mas também a confirmação institucional da morte por meio da emissão de uma Declaração de Óbito. Assim, para que um cadáver seja transformado em “pessoa”, é necessário, por meio de laudos e documentos, dizer quem morreu e como morreu. No entanto, cadáveres indigentes recebem nomes e endereços indeterminados, sendo assim, suscetíveis ao abandono e ao descuido.

Outra questão relevante nesse debate, conforme elucidou Lobo e Bão (2020), refere-se à definição de muitos corpos desconhecidos como “moradores de rua”. O que ocorre é que essas identificações, em sua grande maioria, resultam de conjecturas pessoais, ou melhor, de julgamentos morais, e não de metodologias técnicas e objetivas que usam a racionalidade técnico-científica na pessoalização desses corpos. À vista disso, mesmo quando a identidade desses indigentes é revelada, existe uma continuidade no tratamento como “desconhecidos”,

apontando para uma relação entre pessoas marginalizadas em vida e que permanecem assim no momento de sua morte e após. Dessa forma, compreende-se que “até na morte há os excluídos, os ‘não-reclamados’, que vão para uma cova comum, sem nome, sem parentes, sem amigos, sem flores, sem orações, sem um gesto de amor” (GODOY *et al.*, 2003, p.16).

Diante dos fatos mencionados, instiga-se discorrer no tocante à dignidade dos corpos sem vida, em especial, dos cadáveres “indigentes”, exaustivamente estudados e dissecados nos centros anatômicos das universidades, sobretudo nos cursos da área da saúde. Para tanto, é essencial associar o tratamento ao cadáver com as ideias de finitude da vida, visto que ele é o símbolo da morte, ou seja, a representação mais próxima que um indivíduo tem de sua extinção. Sob essa conjectura, observa-se que, quando a morte é mais associada ao misticismo, o cuidado com o cadáver é mais apresentado. No entanto, quando este apresenta-se no meio acadêmico, evidencia-se uma naturalização da morte, tornando-os anatomizáveis. Assim, existe um limite entre os cadáveres dos laboratórios de anatomia, os “desconhecidos”, e aqueles que são entes queridos de outrem. A própria palavra “cadáver”, comumente utilizada no meio acadêmico e científico, cujo significado é “carne dada aos vermes”, refere-se aos mortos anônimos, diferente da palavra “corpo”, a qual reitera que a morte é de alguém (TALAMONI, 2012).

Ainda em concordância com Talamoni (2012), o tratamento designado ao cadáver é resultado de uma sensibilidade formada por diversos pensamentos de representações culturais alusivas à vida e à morte. Nesse sentido, por ser um símbolo, a representação cultural desse corpo sem vida não se limita apenas à sua condição orgânica, mas também às respostas emocionais e subjetivas. Atrelados a esse tratamento, abarcam-se os “medos refletidos”, como o medo do envelhecimento e da morte, os quais são pertinentes na pós-modernidade e significam a evolução da racionalidade humana. Portanto, a sociedade contemporânea, mediante a visualização do cadáver, tende a negar e ridicularizar a sua própria finitude como uma estratégia psicossocial de sobrevivência. Infere-se que tal modificação na sensibilidade possa ser fruto de uma sociedade cada vez mais individualista, cujo fim único é o próprio “eu”. As implicações desses fatos no ambiente acadêmico, por sua vez, demonstram que, em determinado momento,

docentes e discentes tendem a ressignificar as peças cadavéricas, tornando possível o ensino e a aprendizagem.

Segundo Thomas (1980, p.7 *apud* Talamoni, 2012, p.38), a morte é a mais dolorosa e trágica ruptura da vida, pois deixa “um cadáver humilhante e repugnante”. Assim, o tratamento dado ao cadáver condiz com a ideia do abandono provocada pela morte e pelo morto que interfere no imaginário individual de forma consciente ou inconsciente. O zelo ao corpo sem vida corresponde à interpretação individual do “cadáver coisa” ou “cadáver pessoa”. Partindo desse pressuposto, nos centros anatômicos e nos Institutos Médicos Legais (IML), verifica-se a concepção de corpo “resíduo”, anatomizado, pronto para ser examinado e dissecado (TALAMONI, 2012).

Em concordância com esse mesmo autor, a maioria desses corpos foram condenados a serem insignificantes, haja vista que foram de pessoas socialmente falecidas, invisíveis. Destarte, consoante ao que elucidou Godoy *et al.*, (2003), o cadáver desconhecido foi banido no mundo dos vivos e dos mortos. No entanto, na melhor das hipóteses, serviu à Ciência como um modelo experimental insubstituível.

Outro fator que determina limites entre o cadáver desconhecido e o cadáver reclamado, deve-se ao fato de que, historicamente, o reconhecimento do cadáver está sempre associado à memória da pessoa que ele foi quando estava vivo, isto é, o espírito que habitou naquele corpo e o constituía como ser humano. Dessa forma, hodiernamente, a memória de um falecido reclamado é preservada por seus entes queridos e protegida juridicamente pelo direito à personalidade. Todavia, aqueles indivíduos que morreram à luz do Estado e não possuem familiares para salvaguardar a sua biografia, passam a ser apenas um cadáver, algo que já foi alguém, mas apenas algo. Além disso, pelo fato de não serem reclamados, pode ocorrer a desconsideração da vontade e a desconsideração da personalidade (ALMEIDA NETO *et al.*, 2008).

Nesse contexto, a partir de uma análise legislativa e doutrinária, cabe salientar o modo com que o sistema normativo vigente relaciona a personalidade jurídica do indivíduo no *post mortem*, a partir da seguinte interrogativa: podem esses corpos serem coisificados? A priori, segundo a Convenção Europeia sobre os Direitos do Homem e sobre a Biomedicina, o corpo humano não deve ser fonte

de lucro. Além disso, os direitos da personalidade também são regulados pelo Código Civil brasileiro (ALMEIDA NETO *et al.*, 2008).

O direito à personalidade configura-se em “faculdades jurídicas cujo objeto são os diversos aspectos da própria pessoa do sujeito, bem assim as suas emanções e prolongamentos” (FRANÇA, 1971, p.322 *apud* ALMEIDA NETO *et al.*, 2008, p.63). Em outra perspectiva, a “personalidade é apenas uma aptidão para exercer direitos e contrair obrigações” (JABUR, 2000, p.29 *apud* ALMEIDA NETO *et al.*, 2008, p.63). Ademais, já no Renascimento, ideias proferidas pela Escola de Direito Natural, defendiam que um indivíduo possui poder sobre o seu próprio corpo. Dado isto, infere-se que o direito à personalidade existe há séculos, cabendo ao Estado o seu reconhecimento, não a sua inauguração (CATÃO, 2004, p.98 *apud* ALMEIDA NETO *et al.*, 2008, p.63).

Nesse sentido, o 11º artigo do Código Civil Brasileiro garante que os direitos à personalidade são intransmissíveis, inalienáveis e irrenunciáveis, sendo assim, para o ordenamento jurídico do país, o cadáver possui vestígios de personalidade e, portanto, não pode ser considerado um ser inanimado. Entretanto, esses vestígios sempre se apresentam associados à memória do corpo sem vida, fato que não ocorre no cadáver não reclamado, restando apenas a imemorialidade, transformando-o em “coisa”. A inexistência de uma biografia significa o fim dos direitos de personalidade de um corpo, haja vista que ele não apresenta interesses como uma pessoa, não possui valor em si mesmo, não expressou um último desejo e não possui familiares que possam proteger a sua história (ALMEIDA NETO *et al.*, 2008).

Em contraposição, Loureiro (2009, p.43 *apud* Talamoni, 2012, p.39-40), afirma que:

Os “direitos do cadáver” se manifestam por meio do respeito à sua integridade física, considerando-se que o desligamento da força anímica do corpo não o transforma em uma “coisa”, mesmo levando em conta o fato de que, a partir desse momento, deixou de existir a personalidade jurídica, ou seja, a pessoa reconhecida como sujeito de direitos (LOUREIRO, 2009, p. 43 *apud* TALAMONI, 2012, p. 39-40).

Todavia, em razão dos cadáveres dos centros anatômicos não aparentarem uma estética que se aproxime da energia da vida, mas à ausência dela, torna-se mais complexo manuseá-los com a consciência do seu valor e com a compreensão do respeito e dignidade conferida mesmo após a morte de uma pessoa. Ao

receberem a informação de que aqueles corpos frios são “desconhecidos”, e que possivelmente foram mendigos, grande parte dos alunos tendem a tratar o seu material de estudo como um simples “objeto”, portanto, sem valor e vazio. Por outro lado, uma parte dos discentes desvinculam o cadáver, de sua identidade, cobrindo a sua face para evitar perturbações emocionais que possam prejudicar o aprendizado (RUIZ; PESSINI, 2006).

Ora, ainda conforme Ruiz e Pessini (2006), o comportamento de cada aluno diante dos seus modelos experimentais está intimamente ligado às instruções que este recebeu antecipadamente por seus orientadores, os quais reconhecem a relevância da ética e da humanização no manuseio desses corpos. Contudo, essas instruções não devem ser restritas às questões biológicas do cadáver, mas também relacionadas a valores éticos, morais, culturais, religiosos e psicológicos. Se os professores e funcionários dos centros anatômicos demonstram respeito e cuidado no manuseio das peças cadavéricas, certamente grande parte dos alunos herdarão os mesmos comportamentos, isto é, o local se torna aquilo que os frequentadores praticam. É certo que não somente a orientação externa, mas também os valores intrínsecos de cada indivíduo, a sua educação e seus princípios, exercem forte influência no seu comportamento diante do seu material de estudo, o qual pode variar entre atitudes de reverência, horror, desprezo, náusea ou repúdio.

Diante dos fatos mencionados, é imprescindível ressaltar que, à luz da bioética, fundamentada pelo respeito ao outro, o cadáver deve ser visto como “*res humanas*” e não como um ser inanimado ou “coisa”, haja vista o significado das relações que ele estabeleceu em vida, que não se extinguem com a morte (COHEN; GOBETTI, 2003). Assim, o respeito ao cadáver é resultado da humanização no estudo da anatomia, é a aplicação dos princípios morais com o próximo no cotidiano, porém, em outro contexto, ou seja, não se pode dar aquilo que não se tem, portanto, se não houver respeito para com os vivos, dificilmente haverá respeito diante da morte (RUIZ; PESSINI, 2006). Por fim, é necessário salientar que o respeito ao cadáver provém essencialmente da religiosidade, evidenciada desde os primórdios da humanidade e hodiernamente gravada nas paredes dos centros anatômicos por meio da “Oração ao Cadáver Desconhecido”, proferida pelo anatomista e Médico Patologista Dr. Karl Rokitansky em 1876:

Ao curvar-te com a lâmina rija de teu bisturi sobre o cadáver desconhecido, lembra-te que este corpo nasceu do amor de duas almas; cresceu embalado pela fé e esperança daquela que em seu seio o agasalhou, sorriu e sonhou os mesmos sonhos das crianças e dos jovens; por certo amou e foi amado e sentiu saudades dos outros que partiram, acalentou um amanhã feliz e agora jaz na fria lousa, sem que por ele tivesse derramado uma lágrima sequer, sem que tivesse uma só prece. Seu nome só Deus o sabe; mas o destino inexorável deu-lhe o poder e a grandeza de servir a humanidade que por ele passou indiferente (Karl Rokitansky, 1876). Ao cadáver, respeito e agradecimento.

## CONCLUSÃO

Em virtude dos aspectos abordados, conclui-se que, na história da anatomia humana, a qual se funde com a história da medicina, cujos objetivos resumem-se em desvendar a complexidade do corpo humano e promover qualidade de vida às pessoas, o material de estudo essencial, insubstituível e escasso, não poderia ser outro, a não ser o próprio cadáver humano. No entanto, ao analisar a cronologia e a evolução dessas ciências, evidencia-se que esse material foi muitas vezes despido de sua dignidade, roubado de sua sepultura e até usado como mercadoria e entretenimento em grandes anfiteatros.

Analisa-se que, quando o corpo é habitado pela vida, mesmo que este seja agredido, maltratado, ou se torne invisível na sociedade, ainda assim é reconhecido. Já quando esse corpo não demonstra vida em seu interior, se torna algo vazio, é desprezado, abandonado, não recebe o valor merecido. Todavia, quando se trata do cadáver como modelo experimental das Ciências Médicas, o tratamento em seu manuseio e observação deve ser fundamentado em premissas éticas e morais por meio de demonstrações de respeito e reconhecimento de sua dignidade.

Historicamente, evidencia-se que, nas ocasiões de desrespeito ao cadáver, a exemplo das violações de sepulturas e das exposições com fins lucrativos, não apenas os clérigos, mas as autoridades políticas e a própria população, questionavam a índole dos anatomistas e estudiosos. Lamentavelmente, esses fatos históricos caluniosos prejudicaram o entendimento da disciplina de anatomia como uma fonte de conhecimento que solicita um comportamento reverente, com atitudes dignas e profundamente respeitadas.

Portanto, professores e alunos que se debruçam nesses corpos inertes para estudá-los exaustivamente, não podem permanecer indiferentes ao seu material de estudo. Apesar de ser símbolo da morte, o cadáver também carrega todo o

simbolismo da vida de alguém, o corpo preservado pelo formol exhibe as marcas e cicatrizes da sua jornada, mesmo que não existam familiares e amigos para salvaguardar a sua memória. Embora seja despido de alma ou espírito, a sua face ainda revela expressão facial, traços de um ser humano único e a biografia de um sujeito de direito que deve ter a sua dignidade preservada, ainda que restem somente a sua vulnerabilidade e fraqueza.

Outrossim, o cadáver indigente, que em vida provavelmente foi invisível, renegado, um transeunte no espaço urbano, não teve oportunidades para desenvolver suas habilidades, exercer a sua inteligência e ser aplaudido, abraçado, zelado, atualmente contribui para a sociedade na formação de novos profissionais da saúde e, por esse papel, se torna mais digno do que talvez jamais conseguiu ser, demonstrando então o seu valor e merecendo o mais alto grau de respeito.

Destarte, os estudos realizados no cadáver evidenciam a individualidade do ser humano ao comprovar que dois corações não são exatamente iguais devido às variações anatômicas. Por outro lado, esses mesmos estudos também revelam a harmonia e conformidade da espécie ao confirmar que apesar das variações, esses dois corações desempenham as mesmas funções e com o mesmo objetivo. Logo, se nem do ponto de vista biológico as pessoas são tão diferentes, não serão aspectos sociais e econômicos que diferenciarão o tratamento a outrem.

Por fim, ressalta-se a necessidade de um processo educativo na disciplina de anatomia, que enfatize a importância das questões éticas no trato com os cadáveres, visto que o modelo de ensino vigente destaca o ser humano biológico em relação ao biográfico, formando especialistas em doenças, mas despreparados para cuidar dos doentes. Dessa forma, os discentes precisam conhecer um pouco da história dessa matéria essencial e serem orientados por seus professores antes de adentrar o laboratório de anatomia, uma vez que carregam consigo medos e dúvidas que ultrapassam o universo biológico e, em muitos casos, precisam vencer barreiras culturais e religiosas que envolvem o tratamento e manuseio do cadáver.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO, João Beccon *et al.* O valor social do cadáver humano: personalidade, pesquisa científica, doação de órgãos e corpos. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 60-73, jan./jun. 2008.
- AUMÜLLER, G.; GRUNDMANN, K. Anatomy during the Third Reich. **Annals of Anatomy**, Germany, v. 184, n.3, p. 295-303, maio. 2002.
- BARBOSA, Marcus Vinícius Jardini. Considerações bioéticas sobre uso de cadáveres como modelo experimental para pesquisa. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, São Paulo, a. 13, n. 21, p. 6-31, jan./dez. 2011.
- CHAGAS, Juarez e Silva. “**Cadáver Desconhecido**”: Importância Histórica e Acadêmica Para o Estudo Da Anatomia Humana. 2001. 167f. Tese (Mestrado em Morfologia) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- CHIARELLO, Maurício. Sobre o nascimento da ciência moderna: estudo iconográfico das lições de anatomia de Mondino a Vesalius. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 291-317, 2011.
- COHEN, Cláudio; GOBBETTI, Gisele. Bioética e Morte: respeito aos cadáveres. **Revista de Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v.49, n.2, p.118. jun./2003.
- CUNHA, Júnia Valéria Quiroga; RODRIGUES, Monica. **Rua**: aprendendo a contar. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009. 240p.
- GODOY, Laura, *et al.* Não reclamados: vidas esquecidas no IML. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 145-148, dez. 2003.
- GRAAF, Kent Marshall Van de. **Anatomia Humana**. 6.ed. Barueri, SP: Manole, 2003.
- ILLICH, Ivan. **A Expropriação da saúde**: Nêmeses da medicina. 3.ed.. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 1975.
- LAPA, Raphael Santos; DIANA, Gilson Matilde. Morte de indigentes no contexto brasileiro: a naturalização do descarté. **Revista Katál**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 291-300, maio/ago. 2021.
- LOBO, Andréa; BÁO, Luiza. Quando o corpo se torna indigente: Sobre processos de morrer à luz do Estado. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 217-239, jul./dez. 2020.
- MARSOLA, T. R. P. S. **Doação voluntária de corpos para estudo anatômico**. 2013. 121f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REZENDE, Patrick Arley de. **Corpos sem nome, nomes sem corpos:** desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROKITANSKY, Karl. **Oração do cadáver desconhecido.** 1876. Disponível em: <https://www.canaldepericia.org/post/ora%C3%A7%C3%A3o-ao-cad%C3%A1ver-desconhecido-karl-rokitansky>

RUIZ, Cristiana Regina; PESSINI, Léo. Lições de Anatomia: vida, morte e dignidade. **O Mundo Da Saúde**, São Paulo, ano 30, v. 30, n. 3, p. 425-433, jul./set. 2006.

TALAMONI, A. C. B. **No anfiteatro da anatomia:** o cadáver e a morte. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.